

# **As comemorações do armistício da I Guerra Mundial no Porto: O período entre as duas guerras (1918-1938)**

Mara Natal Fonseca

mara.natal.fonseca@gmail.com

## **Resumo**

O presente trabalho insere-se no tema das comemorações do armistício da Primeira Grande Guerra no Porto, na cronologia que inicia em 1918 e termina em 1938.

A cronologia, que o tema acolhe, permite detectar formatos da memória. Estes estão patentes nos eventos comemorativos que se verificam no período cronológico mencionado.

As comemorações são a reprodução desses formatos rememorativos. Por isso, será aqui tratada a natureza das comemorações portuenses, através da consulta de uma fonte hemerográfica.

De igual importância para o tema, é conhecer a amplitude de expressões dessa memória comemorativa e o modo como permaneceram registadas.

Na convergência com as ideias assinaladas acima, é necessário lidar com três premissas.

Primeiro, atentar nas representações dos festejos na fonte e a sua preservação da memória, tendo em conta os seus incentivadores.

Segundo, serão conhecidas as iniciativas das celebrações. Trata-se de momentos rememorativos organizados pelo Estado ou por entidades particulares?

Terceiro, procuram-se as representações das comemorações na fonte hemerográfica. Aqui rege a quantidade, porque quanto maior for o conjunto de relatos jornalísticos, mais exacto é o quadro da natureza das comemorações nestes vinte anos.

**Palavras-chave:** I Guerra Mundial, Porto, comemorações, armistício.

## **Abstract**

The following work deals with the subject of the commemorations of the World War I armistice in Porto, in a timeline from 1918 until 1938.

The timeline, which the theme embraces, allows to detect shapes of memory. These are patent in the commemorative events which can be verified in the timeline mentioned previously.

The commemorations are the reproduction of those shapes of memory. For that, it will be addressed the kind of the commemorations in Porto through the consulting of a hemerographic source.

Of equal importance for the theme, is to know the extent of expressions of that commemorative memory and the way they remained registered.

The convergence with the ideas marked above lies in three premises.

First, to look in the celebrating representations in the source and its memory preservation, bearing in mind their boosters.

Second, it will be known the celebrations initiatives. Do we have remembrance moments held by the State or by any private entities?

Third, it is to seek commemorations' representations in the hemerographic source. Here prevails the quantity, because the more the number of reports, representations in the source, the more accurate it is character of the events during these period of twenty years.

**Keywords:** World War I, Porto, commemorations, armistice.

## Introdução

*Nenhum grupo é amnésico. Para qualquer grupo, recordar-se é existir; perder a memória é desaparecer.*<sup>1</sup>

O tema já conhecido encaixa-se nas comemorações do armistício da Primeira Guerra Mundial no Porto, numa cronologia que começa em 1918, data do fim da Primeira Grande Guerra e termina em 1938, ano da vigésima comemoração do armistício da Grande Guerra. O período definido para o estudo é de vinte anos. Estas duas décadas são preenchidas pelas mais variadas formas da memória. De imediato, definem-se os contornos que a memória toma. Começando pela memória material, que é reflectida em monumentos e noutros formatos materiais, até à memória que prevalece na mentalidade humana. Ambos os modos estão implícitos quando o tópico da memória de guerra e da acção comemorativa e também rememorativa vêm à tona. Por isso, os grandes eventos comemorativos são a outra peça fulcral do tema que está a ser proposto. O universo das comemorações é de natureza heterogénea. A sua heterogeneidade é comprovada pela fonte de informação que foi seleccionada, *O Comércio do Porto*.

A selecção do tema cumpre o acervo dos critérios científicos. Estes contribuíram para a eleição do tema. A produção historiográfica em torno do tema demonstra uma pertinência notável. A fonte de informação existente foi escolhida por permitir acompanhar atentamente o tempo e o espaço do tema em estudo.

---

<sup>1</sup> Charles-Olivier Carbonnel. *Historiografia* (Lisboa: Editorial Teorema, 1992), 7.

Em segundo, prevaleceram os critérios práticos que incorporam a maioria dos trabalhos de investigação – a experiência, as condições para a elaboração, o tempo e os recursos –, para o empreendimento da mesma.

Por último, registou-se uma inclinação de cunho pessoal para a temática exposta. Esta inclinação inspira-se, particularmente, no apreço pelo tópico das guerras mundiais e, igualmente, na reflexão que está patente na afirmação de Charles Carbonell.

A afirmação introdutória de Charles Carbonell transmite a importância da memória que é trazida para este assunto como essencial e logicamente imperativo de ser abordada. A afirmação é também importante para justificar a última razão da selecção do tema do trabalho. As comemorações do armistício da Primeira Grande Guerra, no Porto, traduzem a rememoração e espelham uma lembrança que não esquece o que um determinado grupo – o dos combatentes –, na fatídica Primeira Guerra Mundial enfrentou. É verdade que esse grupo de combatentes e, concomitantemente, de intervenientes, partilha reacções, sentimentos e vivências várias, mas semelhantes, que, no fim, se convergem. A existência desse grupo e do seu universo de vivências na Primeira Guerra Mundial faz de tal acontecimento marcante. Os combatentes não esquecem o que viveram durante o conflito, onde ansiavam pelo seu fim. A guerra é uma realidade que o passado consumiu, mas não é excluída da história, por tratar-se de um ponto de viragem, do fecho de um ciclo. O conflito e o seu fim transformam-se em inesquecíveis, pelas repercussões que tiveram. Por existir esta memória de guerra, surge a preocupação de lembrar esse pretérito, de não colocar a sua realidade em esquecimento, de o transformar num episódio que é oficializado e lembrado solenemente. A I Grande Guerra está, por isso, inteiramente presente nas comemorações e cerimónias rememorativas. Ainda no tema, a memória da guerra tem duas reacções que são esperadas.

A primeira toma a essência comemorativa e festiva, que pode ser traduzida em formas materiais, desfiles e cortejos de homenagem.

A segunda não abraça precisamente o sentido comemorativo, mas, revela emoções que residem no espírito das pessoas. Existe uma mentalidade que surge com a Primeira Guerra Mundial e também com o período posterior a esta. Portugal sendo um dos beligerantes no conflito, não será excluído desta nova mentalidade. Esta mentalidade arrasta por si só, a lembrança da guerra e do esforço da nação durante os quatro anos de batalhas e morte. Essa marca é a prova da existência de uma memória, de uma consciência do modo como o conflito e o seu fim foram encarados. É de igual

importância entender como é que as duas reacções da memória foram concretizadas e permaneceram registadas em palavras e em testemunhos. Qual foi o comportamento português na preservação da memória de guerra?

Ambas são cristalizadas em testemunhos e palavras que a fonte de informação seleccionada permite dar a conhecer.

O trabalho desenvolve-se em torno de três questões que guiam do início ao fim a investigação.

Pretende-se em primeiro, tentar compreender a evolução das representações da celebração do armistício na imprensa. *O Comércio do Porto* é a fonte de informação escolhida porque permite consultar testemunhos jornalísticos relevantes para o conhecimento do processo comemorativo do armistício e de outros tipos de representações rememorativas no Porto, no período em estudo. O diário torna-se também pertinente pelo facto do seu conteúdo ser coevo à cronologia que delimita esta investigação. Tratando-se de uma fonte hemerográfica, foi consultada na cronologia que o tema se centra, ou seja, de 1918 a 1938. Ainda nesta primeira questão, é também fundamental classificar o destaque das representações e notícias de comemorações no diário *O Comércio do Porto* e, concomitantemente, relacionar o enfoque das notícias para uma preservação da memória de guerra, tendo em conta alguns aspectos do processo rememorativo português nas duas décadas. Esta linha evolutiva explica, simultaneamente, a escolha da cronologia que vai de 1918 a 1938. Para que se possa conhecer e analisar a evolução das representações das comemorações do armistício, o contexto temporal não se tornaria suficiente se tomássemos exclusivamente as datas de 1918 ou 1919 ou metade de uma década. Este período de tempo não seria suficientemente amplo para a montagem da evolução das representações e obrigaria a uma amostra pouco demonstrativa e demasiado circunscrita. Ao contrário, vinte anos permitem ampliar o leque de representações e testemunhos que alarmam para uma evolução no relevo das comemorações do armistício da Primeira Guerra Mundial.

A segunda questão recai nos incentivadores e actores das celebrações. Aqui é de esperar, por exemplo, que algumas comemorações assumam um cunho menos público, isto é, de acesso mais restrito ao público e outras comemorações surjam de iniciativas que têm como objectivo um público mais alargado e diverso. No primeiro caso, os promotores das comemorações estão ligados a um público de classe (a classe política, por exemplo) e são rememorações mais reservadas, porque existe um público específico – diplomatas, estadistas, militares –, senão até elitista. Para o segundo caso, as comemorações podem ser abertas a um público mais amplo, contando com a

presença da população civil. Qualquer das hipóteses apresentadas remetem para uma memória bem presente. Na verdade, a memória da guerra bem como o seu fim estão sempre presentes, o que difere são as formas rememorativas e as acções do Estado no que respeita à expressão dessa memória. Igualmente, a celebração do dia 11 de Novembro, ou do dia 9 de Abril que se mostrou a data preferida pelos portugueses para a comemoração, estimulou os tributos e homenagens aos participantes da Grande Guerra. Aspectos como estes traduzem a existência de uma rememoração do conflito e do seu término. São as peculiaridades de cada celebração que o diário *O Comércio do Porto* nos permitirá observar e analisar.

O último objectivo do presente trabalho incide nos diversos momentos rememorativos que se realizaram, tendo em conta os momentos promovidos por grandes individualidades e reservados a figuras de renome e as celebrações promovidas para a população civil. É certo que, neste momento, diferem as formas e as iniciativas de comemoração do armistício. Por isso, é esperado um leque de representações, descrições diversas no diário, acerca das mais variadas formas de comemoração. No levantamento das notícias no diário, é importante a quantidade. Um número alargado de representações das comemorações no diário permite alcançar um quadro próximo da realidade das comemorações. Igualmente, possibilita conhecer a evolução e o perfil que as comemorações do armistício tiveram no intervalo cronológico de duas décadas. Neste momento, é fulcral que observemos o público-alvo das comemorações ou melhor dizendo, o tipo de público interveniente nos aniversários do armistício. Igualmente, conhecer as individualidades que promoveram e intervieram nas comemorações.

A investigação teve como guião as três premissas acima apresentadas.

## **Estado da Arte**

Para a construção do Estado da Arte do tema das comemorações e da política memorial e rememorativa do armistício da Primeira Guerra Mundial, existe bibliografia que se concentra no estudo do processo comemorativo. A leitura analítica dessa bibliografia concluiu que todos os estudos apresentam reflexões importantes em torno das comemorações. A bibliografia é composta por quatro trabalhos que são inovadores no assunto e consistem em estudos recentes acerca das comemorações do armistício no solo português. É certo que para este estudo interessa abordar exclusivamente a área do Porto, porém para perceber o contexto rememorativo da cidade, deve conhecer-

se antes o contexto rememorativo do país. Perceber o contexto do país nestes vinte anos, é perceber, em parte, a resposta à acção rememorativa e comemorativa portuense. As obras e artigos apresentados são aprofundadores das formas da rememoração e comemoração da I Guerra Mundial e do processo comemorativo português. Também nos permitem ver outros contextos e contextualizações – a crise da I República; a situação político-económica portuguesa; o tratamento dado aos soldados, as homenagens, recepção e reintegração destes na sociedade; a construção da memória através dos formatos materiais; o tipo de decisões governamentais no que respeita a dias e feriados rememorativos da guerra e do esforço português, entre outros meios de demonstrar o luto, orgulho, dor e saudade dos soldados portugueses que batalharam em nome da pátria portuguesa na fatídica Primeira Guerra Mundial.

O primeiro<sup>2</sup> trabalho a dar aqui a conhecer é de Filipe Ribeiro de Meneses. Consiste num artigo que possibilitou conhecer o universo comemorativo, a acção e política comemorativa num determinado período, o do Estado Novo (1933-1974). O estudo explana a realidade das comemorações da Primeira Grande Guerra durante o regime de António de Oliveira Salazar bem como a decisão deste em limitar o plano realizador das comemorações. A diminuição das comemorações da Primeira Guerra Mundial em Portugal pode levar a crer, numa primeira leitura, que possa ter a ver com o progressivo envelhecimento da data e como consequência um esquecimento ligeiro dessa memória da guerra. É possível notar alguma veracidade na afirmação anterior, porém, se a data e a memória são ligeiramente desprezadas, Salazar e o regime acabariam por promover o esquecimento da memória da Primeira Guerra Mundial. Qual seria a intenção do Estado Novo em favorecer o esquecimento da participação portuguesa? A intenção é própria do regime totalitário que António de Oliveira Salazar instalou em Portugal. Sobre este tópico serão feitas outras reflexões, mais adiante.

Em segundo<sup>3</sup> lugar situa-se um trabalho que sintetiza de forma sucinta e clara os aspectos mais marcantes e elucidativos para o conhecimento da memória da Primeira Grande Guerra no caso português. A autora debate o papel das instâncias governamentais, a acção de alguns governos na formação de uma política de memória, em particular o do início do pós-guerra, o governo de Sidónio Pais, entre outros estadistas. Expõe certas cerimónias e momentos de homenagem, bem como a explicação da dupla data que Portugal tomou para as suas comemorações. Também a

---

<sup>2</sup> Filipe Ribeiro de Meneses, "A Comemoração da Grande Guerra em Portugal, 1919-1926". *Revista Portuguesa de História*, vol. 38 (2006): 109-133.

<sup>3</sup> Sílvia Correia, "A memória da guerra", Fernando Rosas, Maria Fernanda Rollo (coord.), *História da Primeira República Portuguesa* (Lisboa: Tinta-da-China, 2010), 349-379.

autora referencia ainda a cultura de guerra e o culto aos mortos na Primeira Guerra Mundial que se transformou em dominante em Portugal, no pós-guerra.

O terceiro<sup>4</sup> trabalho consiste na tese de doutoramento de Sílvia Adriana Barbosa Correia. É uma monografia que toca profundamente na política da memória em Portugal num período que abrange, em parte, a cronologia adoptada para o presente trabalho. Sílvia Correia reflecte sobre as políticas da memória da I Guerra Mundial, numa cronologia que vai desde 1918 a 1933. É uma obra genérica para o entendimento do ritual comemorativo da guerra em Portugal e como este procedeu para a construção de uma cultura de guerra, isto é, a criação de formas culturais de louvor e homenagem ao esforço do corpo militar português na Primeira Grande Guerra. Sílvia Correia acompanha tais aspectos tendo em conta as influências políticas no relevo que foi reservado às comemorações em Portugal no período que vai de 1918 a 1933. No que toca à acção dos governantes, Correia avalia a preocupação que o Estado português deu ao processo comemorativo e rememorativo, mas também à reintegração e acolhimento dos soldados sobreviventes, que voltaram da Flandres e de África, completamente destruídos psicologicamente e/ou fisicamente. Acerca do regresso dos soldados portugueses a Portugal, Sílvia Correia tenta responder, classificando o grau do esforço republicano na recepção dos filhos da nação que partiram para o conflito, em nome da pátria.

A última<sup>5</sup> referência remete para o trabalho de Filipe Ribeiro de Meneses. O artigo desenvolvido por este autor contribui para a questão das comemorações e cerimónias de culto à memória da Primeira Grande Guerra e de memória aos soldados vítimas de Portugal. Este artigo trabalha o plano que as comemorações portuguesas seguiram e descreve o processo de recepção dos soldados a tornar a Portugal. O autor coloca ainda questões que são discutidas ao longo da sua intervenção, como por exemplo, se o processo de repatriamento dos militares se tratou um acto imediato ou tardio. É uma das questões que Meneses ocupa todo o artigo a justificar. A cronologia deste debate situa-se entre meados da República Nova até ao Golpe Militar de 28 de Maio (1919-1926). Meneses argumenta que, em certa medida, o tratamento dado aos soldados repatriados e o grau de preocupação da construção da política de memória de guerra portuguesa pode estar no conjunto de elementos que despoletaram o Golpe

---

<sup>4</sup> Sílvia Correia, *Políticas da Memória da I Guerra Mundial em Portugal 1918-1933. Entre a experiência e o mito*. [Tese de doutoramento]. Lisboa: FSCH-UNL, 2010.

<sup>5</sup> Filipe Ribeiro de Meneses, "Os limites do Salazarismo: o exército e as comemorações da Primeira Guerra Mundial, 1936-1945", Fernando Martins (ed.), *A formação e a consolidação política do salazarismo e do franquismo: As décadas de 1930 e 1940* (Lisboa: Colibri, 2012), 137-153.

de 28 de Maio de 1926. O Golpe Militar de 1926 não será provocado por um fraco ritual comemorativo e pela desvalorização do esforço dos militares portugueses na Primeira Guerra Mundial? A resposta é colocada em aberto, de modo a consciencializar o leitor do grau de importância que os portugueses concederam ao ritual comemorativo e rememorativo do fim da Primeira Grande Guerra.

## **1. As comemorações portuenses do armistício da Primeira Guerra Mundial, de 1918 a 1938**

No Porto, o carácter comemorativo tomou as características da política da memória portuguesa da Primeira Guerra Mundial, que se fez sentir unanimemente por todo o país. No entanto, a memória da guerra e o ritual comemorativo, em Portugal, mostrou-se peculiar. Para o entendimento desta peculiaridade da política comemorativa portuguesa é necessário relembrar alguns aspectos que a transformam em singular no conjunto de países que adoptaram uma política rememorativa mais firme do armistício. Começando pelos aspectos que distinguem Portugal do conjunto rememorativo universal noutros territórios, teve um governo republicano que assumiu alguma irresolução, no período a seguir à guerra, no que respeita à adopção de uma única data-chave para os eventos comemorativos do armistício da guerra. A Primeira República revelou alguma incapacidade na promoção de uma política de memória de guerra, regular e fixa. Aliás, o governo republicano manteve alguma inércia nos primeiros anos do pós-guerra, no que respeita à organização de um programa memorial e comemorativo. No entanto, o fraco ritual comemorativo não é um exclusivo da república. Com o Estado Novo, o lugar dado à memória de guerra seria mais diminuto, senão quase nulo. É possível adiantar que Portugal não apresentou uma política comemorativa firme e contínua na cronologia que está a ser objecto de estudo (1918-1938).

Esta especificidade rememorativa ou o caso particular das comemorações em Portugal foi impulsionada pela fraqueza da Primeira República Portuguesa e também dos governos que se lhe juntaram para a defender. A frágil consolidação da Primeira República veio a repercutir-se na construção do ritual comemorativo português no intervalo cronológico entre 1918 (fim da Primeira Guerra Mundial) e 1926 (fim da Primeira República). Desde logo, um processo comemorativo malogrado, o regime salazarista acabou por diminuí-lo, fruto da política autoritária que se firmou depois de 1933. As festividades do fim da guerra nos grandes centros urbanos portugueses espelhou o processo comemorativo que Portugal seguiu. Para este caso concreto, o



Porto tal como outras cidades portuguesas, apresentou o carácter comemorativo português. Se a política da memória e das comemorações portuguesa foi menos objectiva e definida do que outros aliados nas suas comemorações, logo no seu início, as comemorações na cidade do Porto mostraram-se aquém na realização de um ritual comemorativo bem marcado e fixo.

Ironicamente, na recepção honrosa dos soldados sobreviventes, a Alemanha, demonstrou ter, apesar da pesadíssima derrota, um espírito comemorativo e de homenagem mais activo do que Portugal, que foi uma nação saída vitoriosa da Primeira Grande Guerra.

Para concluir este primeiro tópico acerca das comemorações, podemos encontrar no meio das palavras de Filipe Ribeiro de Meneses a veracidade da asserção anterior, quando é denunciado o fraco espírito comemorativo e rememorativo de Portugal em comparação à Alemanha: "Na Alemanha as tropas que reentram nos seus aquartelamentos são recebidas sob chuva de flores e entre aclamações vibrantes e calorosas. E, todavia, são tropas vencidas!".<sup>6</sup>

### **1.1. Evolução das representações da celebração do armistício da Primeira Guerra Mundial**

Este subtítulo conflui com as linhas da primeira questão de investigação deste trabalho — construção de uma evolução das representações da celebração do armistício no diário *O Comércio do Porto* —, tal como o destaque dado na fonte hemerográfica às comemorações e como o peso deste destaque influencia a preservação de um projecto comemorativo.

Esta linha evolutiva explica, simultaneamente, a escolha da cronologia que vai de 1918 a 1938, como já foi acima justificado. É verdade que não se tornaria suficiente se tomássemos datas imediatamente posteriores à Primeira Guerra Mundial. Este período de tempo não seria suficientemente amplo para a montagem da evolução das representações e obrigaria a uma amostra pouco demonstrativa e demasiado circunscrita para um tema tão amplo e necessitado de comprovações como este. Muito pelo contrário, duas décadas de representações e testemunhos pressupõem a existência de uma evolução do relevo das comemorações do armistício da Primeira Guerra Mundial e uma maior focagem sobre a predominância e a existência das mesmas.

---

<sup>6</sup> Meneses, "A Comemoração", 113.

### **1.1.1. O destaque e importância das comemorações dada na imprensa**

Neste momento do trabalho, os tópicos que estão concluídos a seguir, reservam-se à caracterização do destaque e importância das comemorações dada no *Comércio do Porto*, a fonte escolhida, entre 1918 e 1938. As conclusões que a bibliografia selecionada permite retirar, contribuíram para a percepção de duas datas-chave comemorativas que constituem o caso peculiar comemorativo português – 9 de Abril e 11 de Novembro. Estas são as datas mais significativas e serão objecto de investigação para a análise do tema comemorativo. Deste modo, é possível encontrar quatro cortes temporais que evidenciam um enfoque diverso e evolutivo das comemorações da Primeira Grande Guerra no diário *O Comércio do Porto*. As seguintes quatro alíneas servirão para organizar de modo claro o destaque dado à Primeira Grande Guerra e à sua recordação, pelo diário durante os vinte anos.

Para a apresentação do destaque e importância das comemorações, foram escolhidos três intervalos cronológicos que foram divididos criteriosamente. O primeiro período abrange os primeiros dois anos da guerra que são logo imediatos ao fim do conflito, onde é de esperar que o clímax de representações seja elevado neste intervalo por ser bastante próximo à cronologia da guerra e, por isso, é possível ver o perfil das comemorações após a guerra e antes da entrada na segunda década do século XX. O segundo período cronológico encontra-se traçado entre o ano de 1921 até 1932. É uma cronologia que alude à viragem do contexto político português nesta altura. Dos últimos anos da república até, mais ou menos, ao final da Ditadura Militar existe um período onde há o maior enfoque para as comemorações no diário, bem como a criação/oficialização de uma das datas-chave do processo comemorativo português – 9 de Abril. O terceiro intervalo cronológico termina com os últimos cinco anos da cronologia deste trabalho. Mais uma vez, o intervalo de tempo escolhido remete para mudanças políticas que repercutiram-se na acção comemorativa. Coincidentemente, é o último período deste subtítulo a ser analisado e é um momento onde se nota o maior recuo nas comemorações e actos festivos do armistício, fechando assim o conjunto de cronologias que montam a importância das comemorações no diário. Este período de 1933 a 1938 tem em atenção o início do Estado Novo, cujo regime trouxe uma nova característica da expressão comemorativa portuguesa, e conseqüentemente, portuense.

### **a) Do dia 11 Novembro de 1918 até 1920**

Este período é o primeiro a ser avaliado e o que ele nos demonstra é que o diário apresenta numerosas entradas e representações do leque de comemorações e homenagens que tiveram lugar no Porto, em honra do cessar das hostilidades e da assinatura da paz, em Rethoundes, na França, no mês de Novembro de 1918. As páginas do diário aludem ao assunto do armistício, o modo como este se processou (as figuras de Estado, os generais e outras figuras de renome presentes), as formas comemorativas planeadas para as grandes homenagens aos mortos em combate na Primeira Grande Guerra e ainda menciona o decreto de feriados nacionais em honra dos portugueses mortos, sendo de destacar o decreto do feriado de 12 de Novembro que Sidónio Pais autenticou, mas que teve duração efémera, visto que se trata de um feriado sidonista e teve o seu fim com a ascensão de outro governo provisório da Primeira República. No ano de 1919 e 1920, existe um enfoque que é bem frequente nas primeiras páginas do diário *O Comércio do Porto* e é relativo ao dia 11 de Novembro. Este dia ficou conhecido como o dia da paz e da sua celebração. Nestes dois anos não se ignora o destaque da primeira página ao tema nem a atenta descrição das comemorações e os locais onde elas se desenrolaram, na cidade do Porto. Sobre este tópico observar a Tabela 1, nas páginas 21 e 22.

### **b) De 1921 até 1932**

Nesta alínea são vistos onze anos. Estão latentes nesta cronologia dois momentos distintos da vida política portuguesa – a Primeira República falece no ano da implantação da Ditadura Militar (1926). Dos últimos anos da república até, mais ou menos, ao final da Ditadura Militar existe um período onde há o maior enfoque para as comemorações no diário e temos, uma representação linear, contínua das comemorações e festividades, apesar da conjuntura política ser eclética. Ao longo deste tempo, o diário dá destaque aos dias 9 de Abril e 11 de Novembro. Podemos detectar algum reflexo do ritual comemorativo e rememorativo que já vem do intervalo cronológico anterior. Tal se deve pelo facto que em 1921 é o ano da oficialização da data 9 de Abril como o "Dia da Raça". Esta data ficou marcada para celebrar e homenagear o esforço heróico dos portugueses em La Lys. Esta batalha foi a mais sangrenta para o Corpo Expedicionário Português. O dia 9 de Abril surge também como uma data-chave para as comemorações, desfiles, paradas militares e missas em honra dos soldados mortos, nas igrejas do Porto. A partir de então até 1932 existe na imprensa uma rememoração da data 9 de Abril, o dia do esforço da raça portuguesa em La Lys.

Outra data que não é esquecida durante os onze anos é o 11 de Novembro. É certo que o que aconteceu em todos os países foi a adopção de uma única data, mas o caso português é mesmo peculiar por este facto. Portugal tomou duas datas-chave para a rememoração. A data do mês de Novembro tem o mesmo objectivo – o de glorificar a prestação portuguesa na Primeira Grande Guerra. É notável o relevo destas duas datas nas páginas do diário, sendo que a de Abril é uma data inclinada para as homenagens militares. Acerca deste período, ver as Tabela 1 e Tabela 2, nas páginas 21 a 24.

### **c) De 1933 até 1938**

É um período constituído por cinco anos, durante o qual começa a notar-se uma minimização das notícias das comemorações do Porto, no diário. Justifica-se provavelmente por três motivos, que serão esclarecidos em seguida.

Em primeiro, porque a distância cronológica em relação ao armistício da Primeira Guerra Mundial era cada vez mais uma realidade, e por si só, isto já explica o progressivo esquecimento a que as datas-chave ficaram reservadas, durante os últimos três anos do período que está a ser verificado. Por isso, talvez seja natural a diminuição das notícias com enfoque para as celebrações, aniversários e comemorações que avivassem a memória do armistício e da própria Primeira Grande Guerra.

Em segundo, porque nesta altura o Ministério da Guerra é entregue a António de Oliveira Salazar, que já era governante desde 1933, e a partir de então, inicia-se uma diminuição das comemorações por ordem do regime. Salazar temia que as celebrações aludissem às ideias do Golpe de 28 Maio de 1926, que eram sustentadas por grandes chefes militares da Primeira Grande Guerra.

Por último, porque poderá tratar-se, muito provavelmente, de um refluxo do regime salazarista nas comemorações. Como o Estado Novo consiste num regime totalitário, é expectável um recuo a nível de celebrações. Isto encaixa-se precisamente no simples facto de que as datas-chave e a própria política comemorativa teve origem num regime conturbado mas republicano, liberal. Por esse motivo e pela razão da política rememorativa e comemorativa tratar-se de uma obra da Primeira República, obra que foi a última tentativa do regime republicano para encontrar uma razão de existência e legitimação. É provável que pelo facto de o espírito comemorativo carregar uma base republicana, o regime salazarista tenha demonstrado a repugnância pelas comemorações. As comemorações, certamente, aludem aos ideais liberais mas também são um símbolo republicano, por isso afiguram-se como um forte argumento para que o Estado Novo sufocasse qualquer foco comemorativo.

Deste modo, iniciam-se as limitações das comemorações que foram sintomáticas de um novo período – o tempo do Estado Novo. A fonte de informação sintomatiza as representações de ambiente comemorativo quase nulo, durante a ditadura. Sobre este subtítulo, observar as Tabela 1 e a Tabela 2.

### **1.1.2. Tipologia das notícias e intervenções no diário**

Continuando para a última parte da evolução das representações, os dados cingem-se à tipologia das notícias e das intervenções que, no diário, fazem menção às comemorações do armistício e fim da Primeira Guerra Mundial.

Tal como no subtítulo anterior, o seguinte contará com uma ordem cronológica. Foram seleccionados igualmente três intervalos de tempo. Para a primeira alínea, reservou-se o espaço para a apresentação dos tipos de notícias durante a vigência da Primeira República. Na segunda data, insistiu-se no levantamento de intervenções no diário durante o período da Ditadura Militar, maioritariamente. Na terceira alínea, as notícias situam-se, já, no período do Estado Novo, terminando em 1938 como manda a cronologia do trabalho.

#### **a) De 1918 até 1925**

Durante este período que é composto por sete anos, existem muitos artigos rememoradores do esforço do corpo militar português na Primeira Grande Guerra. O *Comércio do Porto* dedica-se a exaltar a memória de guerra nas suas páginas, desde poemas em homenagem aos soldados portugueses falecidos, a relatos de combate até notícias com o planeamento da realização das comemorações. Ver a data mencionada, nas duas tabelas, 21-24.

#### **b) De 1926 até 1934**

Nestes oito anos, o diário enche-se de notícias de antechecimento dos eventos comemorativos na véspera do dia que se desenrolarão os eventos comemorativos. Levantados anteriormente, as datas comemorativas são 11 de Novembro e 9 de Abril. As notícias no dia a seguir à data dos eventos, são igualmente consideráveis e acompanham gravuras representativas do esforço do soldado português na Primeira Guerra Mundial bem como as fotografias das cerimónias, homenagens e outro tipo de materialização de memória do esforço de guerra português que se realizou no dia anterior. Ver os anos mencionados nas Tabela 1 e Tabela 2.

### c) De 1935 até 1938

Nos três últimos anos é verdade que o espírito comemorativo lida a imposição do Estado Novo de reduzir o universo comemorativo. O diário acompanha a redução e a perda de relevo das comemorações que no Porto se fez sentir, energeticamente. As páginas do diário demonstram uma mudança na evolução das representações. As notícias começam a informar inexistência de cerimónias comemorativas na cidade ou qualquer outro tipo de festejos das datas-chave rememorativas, no Porto. Ver a informação referente à data enunciada, na Tabela 1 e na Tabela 2.

**Tabela 1.** Notícias do jornal *O Comércio do Porto* sobre comemorações do armistício da Grande Guerra, 1918-1938

DATA DA EDIÇÃO		PÁGINA	NOTÍCIA
DIA E MÊS	ANO		
12.11.	1918	1	Informação do armistício e da celebração da vitória dos Aliados no dia anterior.
12.11.	1919	2;3	Menção a edifícios embandeirados e a uma festa realizada no Palácio de Cristal.
11.11.	1920	1	Artigo <i>A Paz</i> a relembrar o segundo aniversário.
11.11.	1921	2	Artigo <i>O Armistício</i> a relembrar o terceiro aniversário.
12.11.	1921	3	Comemorações realizadas ao terceiro aniversário e relatadas.
11.11.	1922	1	Menção ao quarto aniversário num artigo rememorativo.
12.11.	1922	1	Pequeno artigo acerca das comemorações da data.

12.11.	1923	—	Não houve tiragem de jornal.
13.11.	1923	1	Texto a relembrar o quinto aniversário do armistício.
9.11.	1924	1;2	Ilustrações de homenagens encetadas aos heróis da Grande Guerra.
11.11.	1924	3	Comemorações da Grande Guerra no seu sexto aniversário e romagem ao cemitério Prado do Repouso.
12.11.	1924	1	Inauguração do Monumento aos Mortos da Primeira Guerra Mundial.
12.11.	1925	1;2	Artigo esclarecedor das cerimónias da véspera.
11.11.	1926	1	Artigo <i>O dia do armistício</i> .
11.11.	1927	2	Conhecimento do plano das comemorações para o dia.
12.11.	1927	2	Notícia do dia anterior sobre a comemoração do novo aniversário: missa no Templo dos Congregados e homenagem junto ao Monumento dos Mortos da Primeira Guerra Mundial.
11.11.	1928	1	Memória do décimo aniversário.
12.11.	1928	—	Não houve tiragem de jornal.
13.11.	1928	2	Artigo com fotografias das comemorações onde participaram figuras como o coronel Alexandre Malheiro.
11.11.	1929	1;2	Comemoração do décimo primeiro aniversário: missa no Templo dos Congregados e homenagem junto ao Monumento inaugurado em 1924.
11.11.	1930	1	Artigo do diário a relembrar o décimo segundo aniversário.
12.11.	1930	2	Artigo do diário a relembrar o décimo segundo aniversário.

11.11.	1931	1	Décimo terceiro aniversário lembrado em missa no Templo dos Congregados.
12.11.	1931	2	Comemoração do décimo terceiro aniversário e fotografias de cônsules e brigadeiros que marcaram presença nelas.
11.11.	1932	2	Memória do décimo quarto aniversário.
12.11.	1932	1	Fotografias e notícia das comemorações da véspera.
13.11.	1932	2	Relatos adicionais acerca das comemorações no Porto.
11.11.	1933	1	Comemorações dos 15 anos do fim da Grande Guerra.
12.11.	1933	2	Comemorações da véspera acompanhadas de fotografia.
10.11.	1934	1	Décimo sexto aniversário do fim da Grande Guerra e publicação dos planos comemorativos reservados para a data-chave.
10.11.	1935	1	Comemoração da data do fim da Grande Guerra.
12.11.	1935	1	Comemoração da data do fim da Grande Guerra.
12.11.	1935	1;2	Comemorações no Monumento na Praça de Carlos Alberto.
13.11.	1935	3	Alusão ao dia 9 de Abril e comemoração do décimo sétimo aniversário
11.11.	1936	2	Invocação do décimo oitavo aniversário pela imprensa.
12.11.	1936	1;3	Relato do décimo oitavo aniversário.
10.11.	1937	2	Comemoração do décimo nono aniversário e relato da realização de um peditório.
12.11.	1937	2	Comemorações no Monumento inaugurado em 1924.



11.11.	1938	4	Redacção dos Vinte Anos desde o fim da Primeira Guerra Mundial.
10.11.	1938	1	Rememoração do vigésimo aniversário do armistício.

**Tabela 2.** Notícias do jornal *O Comércio do Porto* sobre as comemorações da Grande Guerra no dia 9 de Abril, 1918-1938

DATA DA EDIÇÃO		PÁGINA	NOTÍCIA
DIA E MÊS	ANO		
9.4.	1921	2	Homenagem ao soldado desconhecido, feita pela Universidade do Porto.
10.4.	1921	1	Momento solene de memória aos mortos.
9.4.	1922	2	São referenciadas as comemorações do 9 de Abril.
11.4.	1922	2	As comemorações aos mortos da Grande Guerra.
8.4.	1923	1	Artigo que fala do esforço de guerra português.
8.4.	1924	1	Artigo de rememoração da prestação portuguesa.
8.4.	1925	2	Lembrança da memorável data.
9.4.	1925	3	<i>Ecos de Glória e Dor.</i>
10.4.	1925	3	Uma grande entrada de notícia já acompanhada de fotografia com comemorações na Praça da República.
9.4.	1926	1	Um artigo em lembrança a La Lys com uma fotografia.
9.4.	1927	1	Festejo do nono aniversário de La Lus com uma fotografia.
10.4.	1927	1	<i>O 9 de Abril — as comemorações de ontem.</i>
9.4.	1928	1	Memória do grande dia de La Lys com fotografia.

9.4.	1929	1	Artigo sobre a batalha de La Lys com ícone satírico.
10.4.	1929	1;3	As comemorações da data na cidade do Porto.
9.4.	1930	1	O 9 de Abril, um artigo e um desenho dedicado aos mortos portugueses.
10.4.	1930	1	As comemorações à chuva. Estava mau tempo.
11.4.	1931	1	As comemorações do 9 de Abril no Porto e em Lisboa.
8.4.	1932	1;2	Artigo com fotografias das comemorações do dia.
9.4.	1932	1;2	<i>O adeus ao soldado</i> e artigo referente ao "Dia do Capacete".
10.4.	1932	1	<i>A Batalha de La Lys em 9 de Abril de 1918.</i>
9.4.	1933	1	Artigo do diário.
11.4.	1933	1	<i>O 9 de Abril — as comemorações junto do Monumento aos Mortos da Grande Guerra.</i>
9.4.	1934	1	<i>O orgulho da raça.</i>
10.4.	1935	1	Memória do décimo quinto aniversário da batalha de La Lys.
10.4.	1936	1	Fotografias e notícia das comemorações da véspera.
9.4.	1937	2	Relatos acerca das comemorações do décimo sétimo no Porto.
10.4.	1937	1	Comemorações do 9 de Abril na Praça Carlos Alberto.
9.4.	1938	1	Poema dedicado aos soldados portugueses e à pátria.
10.4.	1938	3	Opiniões de figuras ilustres acerca da prestação dos soldados portugueses na frente de batalha.

## 1.2. As comemorações e sua influência na preservação da memória da guerra no Porto

Existe uma verdade para que a memória da Primeira Guerra Mundial e o seu armistício fossem, de alguma forma, lembrados – os eventos comemorativos pactuaram com os monumentos. A construção dos monumentos em homenagem aos soldados portugueses foi um acontecimento tardio, já próximo do período que instalou a Ditadura Militar (1926-1933). No entanto, eles traduzem o projecto memorial e a natureza do mito da guerra. As comemorações são as formas mais populares de conservação da memória da guerra, todavia, elas realizam-se, tendo por detrás delas, arquitecturas e jogos políticos que foram perpetrados, em especial, pela Primeira República e pelos governos que a constituíram. Na verdade, a Primeira Guerra Mundial trouxe a Portugal uma mudança do esboço das formas memoriais, apresentando novas formas de rememoração e de culto à memória. Quando há pouco foi referido que as comemorações subentendiam um conjunto de ambições e objectivos políticos, de facto, o processo comemorativo português contabiliza como um dos seus propósitos (mais ocultos) a de legitimação da causa republicana e da própria República. A Primeira Guerra Mundial lançou o conceito de guerra total e trouxe a comemoração do sacrifício do “cidadão-soldado”. A comemoração torna-se assim um exercício político pois os republicanos tentam transmitir à sociedade a ideia de “exército da Nação” e do “cidadão-soldado.” Isto é, a implantação da república é, sem dúvida, uma expressão patriótica. Esta expressão patriótica envolve uma religião civil que condensa as maiores características republicanas ou *componentes-alicerce*<sup>7</sup> entre as quais a idealização do exército de cidadãos (“exército da Nação”), onde cada homem voluntariamente defende a sua pátria. Esta aliança entre o cidadão e o soldado é um dos elementos de legitimação e reactualização dos significados do regime republicano. O cidadão republicano é preparado no seio de um aparelho cultural e ideológico que inculca, desde logo, a ideia da prática de uma religião civil e de devoção e conservação do regime republicano. O apresentado anteriormente justifica a verosimilhança da afirmação quando é referido que as comemorações são, evidentemente, uma obra a favor da causa do regime da Primeira República.

Portugal é o único dos aliados a não organizar as suas principais cerimónias de comemoração, somente, no dia do armistício (11 de Novembro). A nação portuguesa sobrepôs-lhe outra data – 9 de Abril. Seja como for, o 11 de Novembro e o 9 de Abril apresentam-se como as duas datas-chave das comemorações portuguesas. Embora,

---

<sup>7</sup> Correia, *Políticas*, 220.

deve-se ter em conta que a data de Abril foi uma decisão inculcada progressivamente, pois, só foi implementada oficialmente três anos após o armistício da Primeira Guerra Mundial. Nos dois primeiros anos do pós-guerra a onda de comemorações foi um longo interlúdio sem celebrações – tropas regressavam tristes, governos caíram, o primeiro aniversário do armistício passou quase despercebido. Só em 9 de Abril de 1920, é que se daria voz à comemoração e à memória do aniversário da batalha de La Lys. O 9 de Abril foi imensamente consagrado ao contrário da data europeia do 11 de Novembro que foi ligeiramente mais ignorada, em especial, no período do governo de extrema-direita de António de Oliveira Salazar.

Concluindo, Portugal contou com duas datas comemorativas – as festividades do 9 de Abril e do 11 de Novembro –, que chocam inteiramente com a conjuntura política que estava a desenrolar-se entre 1918 e 1938 e, conseqüentemente, vão de encontro aos interesses pessoais de governantes.<sup>8</sup> O Estado Novo quando iniciou a sua consolidação substituiu os voluntários e responsáveis das associações que auxiliaram no processo comemorativo. Os indivíduos que promoveram as mesmas associações de carácter rememorativo, eram defensores dos ideais republicanos, e mesmo, republicanos. Por este motivo, a sua substituição foi pontual no Estado Novo de modo a lacerar a oposição, neste caso republicanar bem como a influência desta no carácter comemorativo dos anos 30. Na verdade, todos estes jogos políticos por detrás das comemorações mostram de que modo é que a guerra é lembrada e o seu fim festejado e como diferentes governos podem alterar essa política rememorativa e a memória dos que morreram por esse mesmo território, pela sua pátria-mãe.

De seguida, apresentam-se duas citações da fonte *O Comércio do Porto* que temos vindo a utilizar e que são elucidativas das influências das datas comemorativas na preservação de uma memória, uma recordação, uma lembrança da participação na Primeira Guerra Mundial.

A batalha de La Lys não marca, pois, uma data lutuosa. E antes uma data nacional que deve ser comemorada no recolhimento piedoso de quem não sabe esquecer os heróis e procura inspirar-nos na sua altíssima lição de patriotismo e de abnegação. Assim a devemos compreender, assim tem sido compreendida a data histórica do 9 de Abril.<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> Acerca do interesse nas comemorações por parte de governantes, é de destacar o mais conhecido. Sidónio Pais protagoniza as primeiras comemorações – procurando apropriar-se do esforço da guerra –, e com a sua morte as comemorações foram-lhe dedicadas, distinguindo-se dificilmente o limite entre a apologia ao chefe de estado e aos homens da guerra.

<sup>9</sup> *O Comércio do Porto*, 09/04/1926.

Podemos inferir desta primeira citação, o símbolo da batalha de La Lys e a sua forte influência na construção comemorativa. É uma amostra da importância conferida à data no contexto do ritual comemorativo e na preservação da memória da guerra e do esforço português na frente de guerra. A batalha de La Lys ficaria para a génese das comemorações como o emblema máximo do heroísmo e esforço português na frente de batalha, na Primeira Guerra Mundial, visto que foi o dia em que o exército português lutou a ferro e fogo sem conseguir garantir as vidas de dezenas de homens cujos corpos tombaram no chão frente ao inimigo alemão.

Por isso, existe uma grande influência e apropriação simbólica mas também psicológica por tratar-se de um dia fatídico e lúgubre na história militar portuguesa e na participação portuguesa na Primeira Grande Guerra. No entanto, este dia é recordado com grande patriotismo e orgulho nacional:

A comemoração da data histórica do Armistício não teve, êste ano, em Portugal, solenidades festivas. O 17.º aniversário do fim da Grande Guerra foi celebrado, entre nós, numa espécie de recolhimento, que se ajustou melhor, talvez, ao significado da grande data.<sup>10</sup>

A citação apontada acima é tirada da edição do diário do dia 11 de Novembro de 1935 e consiste numa justificação que leva a adoptar uma posição altamente ponderada no momento da sua análise. Ela causa alguma desconfiança quanto à sua plausibilidade. O que o diário informa é que existe um recolhimento à data-chave do armistício, mas é na verdade um relato jornalístico que exemplifica a política salazarista do ritual comemorativo e rememorativo da Primeira Grande Guerra. Indica a minimização do universo comemorativo que no Porto se reflectiu de modo altamente expressivo como era de se esperar, visto que é uma notícia de uma data situada na política de refluxo comemorativo do Estado Novo que já foi apresentada.

### **1.3. O ritual comemorativo da Grande Guerra e do armistício no Porto**

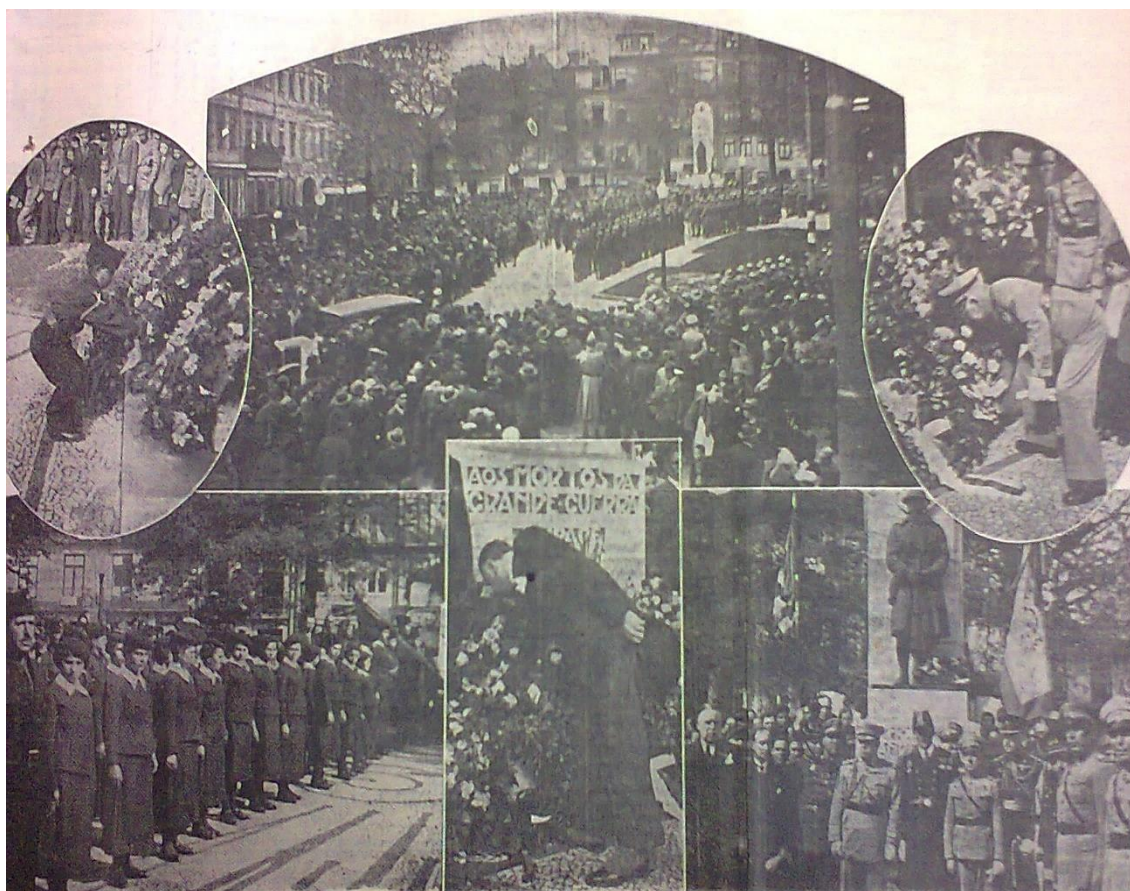
O ritual comemorativo da Primeira Grande Guerra e do seu armistício na cidade do Porto partilham um espírito de culto da memória, profundamente republicano. Este espírito é tradicionalista e marca uma dimensão trágica, acompanhada por um silêncio. Como foi já analisado a nível do país, igualmente para o caso da cidade do Porto, existe um culto de memória de guerra atrofado que esteve, desde 1918 a enfrentar a inconstância política nacional que era uma realidade até 1933.

---

<sup>10</sup> *O Comércio do Porto*, 11/11/1935.

O ritual comemorativo portuense processou-se por um crédito favorável aos monumentos e a outro tipo de construções da cultura da guerra. Estes são um sinal do passado que influi no presente e permite compreender a cultura material de guerra. Na Praça Carlos Alberto, no Porto, existe um monumento em homenagem aos heróis da guerra. Daí em diante, as cerimónias de cunho mais solene seriam aí realizadas.

**Imagem 1.** Homenagem aos soldados portugueses junto ao Monumento aos Mortos da Grande Guerra, na Praça Carlos Alberto, no Porto



**Fonte:** *O Comércio do Porto*, 09/04/1938.

### **1.3.1. As diferenças nas representações e iniciativas de comemorar o armistício da Primeira Grande Guerra**

A iniciativa de comemoração do armistício no Porto surgiu de associações particulares que desde logo se dispuseram para colmatar a ausência e a inércia Estado no que toca a custear e a arcar com as comemorações. Aqui podemos enunciar, desde logo, algumas como a Junta Patriótica do Norte, Cruzada das Mulheres Portuguesas e Comissão dos Padrões da Grande Guerra.

Ao contrário do que na Europa estava a passar-se, as cerimónias de comemoração do fim Primeira Guerra Mundial em Portugal e de igual modo na cidade do Porto, não se fizeram por iniciativa do poder estatal. Embora, o governo estivesse convidado a ser um dos grupos presentes às cerimónias, não foi o sustentáculo da organização dos eventos comemorativos. Este papel ficou confiado e foi assumido por instituições particulares de ex-combatentes (Liga dos Combatentes da Grande Guerra; União dos Inválidos de Guerra), instituições que acolheram crianças órfãs cujos pais faleceram no período da guerra, ou então, o pai morreu na frente de combate e a miséria predominou na sua família. Morrendo a figura masculina que garantia o pão de cada dia e sendo a maior força de trabalho, muitas famílias arruinaram-se e muitas viúvas não tiveram recursos económicos para garantir uma vida minimamente confortável aos seus filhos nem fazer face às despesas que disparavam com a economia de guerra vigente. É nesta realidade que surge a Casa dos Filhos dos Soldados.<sup>11</sup> Este tipo de instituição de assistência praticava as iniciativas de peditório para a reunião de recursos que ajudassem os órfãos.

Todavia, eram várias as formas de comemoração e os seus tipos. No seguinte subtítulo serão enunciados os principais eventos comemorativos que tiveram lugar no Porto.

#### **a) Os formatos das comemorações e rememorações celebrados no Porto no período entre 1918 e 1938**

As comemorações realizaram-se em duas datas que são principais e que assinalam a política da memória em Portugal. As datas-chave são o 9 de Abril e o 11 de Novembro, como já tem sido enunciado. Nestas duas datas com grande simbologia comemorativa, a primeira é o aniversário da batalha de La Lys e a segunda, a data da do armistício da Primeira Grande Guerra, em Rethoundes, na França. Nestes dois dias, nestas duas datas de simbologia comemorativa mas também rememorativa qual era o programa da comemoração?

Realizaram-se celebrações religiosas – missas em nome das almas dos soldados que lutaram pela pátria (existe o exemplo da missa no Templo dos Congregados e também na Igreja da Trindade). As comemorações aliam-se à celebração religiosa no período da República Nova, pelo facto de existir, no intervalo de

---

<sup>11</sup> A Casa dos Filhos dos Soldados, dependente da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, com localização no Porto, tinha como atribuições principais a protecção e a educação, em regime de internato, dos filhos, órfãos de pai ou de mãe, dos antigos combatentes na Primeira Grande Guerra.



tempo sidonista, um determinado apaziguamento da relação entre Estado e Igreja, cuja ligação tinha vindo a ser combatida pelos republicanos. O que é certo é que os representantes da Igreja passaram a integrar as celebrações oficialmente organizadas, nomeadamente as de culto aos mortos. A aliança eclesiástica a estas comemorações com objectivos laicos, denuncia a religiosidade que o país cada vez mais mergulhava e dependia.

Num nível mais solene, são realizadas homenagens em espaços e monumentos públicos construídos e promovidos por instituições como a Comissão dos Padrões da Grande Guerra e a Junta Patriótica do Norte. A par destas homenagens são convidadas figuras públicas como chefes de estado nacionais mas também internacionais, diplomatas, cónsules, chefes de governo e oficiais militares das potências aliadas. É aqui que encontramos o chamado desfile do Soldado Desconhecido até ao seu túmulo, a romagem ao cemitério do Prado do Repouso, no Porto, e as paradas militares que cumprem sempre minutos de silêncio em homenagem aos que perderam a vida na Flandres ou em África.

**Imagem 2.** Parada militar na Avenida da Boavista na celebração do nono aniversário da Batalha de La Lys



Fonte: *O Comércio do Porto*, 10/04/1927.



Num nível mais popular e abrangente impõe-se tolerância de "ponto" nos serviços públicos da cidade do Porto. É um dia de folga para todos os que querem participar de um modo ou outro na celebração do aniversário da paz e do fim de uma guerra sangrenta e cruel. Também são decorados os edifícios da cidade do Porto com flores, fitas festivas e hasteia-se a bandeira nacional em honra da memória dos mortos na Primeira Grande Guerra e da integridade e felicidade da Nação. Estas formas de celebração consistem nas mais vulgares nos vintes anos após a Primeira Grande Guerra, no Porto.

#### **1.4. Os intervenientes nas comemorações do armistício da Primeira Guerra Mundial no Porto**

Neste último ponto, antes de concluirmos, será traçado o perfil dos que intervêm e tomam parte nas comemorações da paz e na rememoração do esforço dos soldados portugueses na Primeira Guerra Mundial, no Porto.

Pelo poder que detêm, iniciaremos com as instituições que são as autoras do programa das comemorações. Destacamos assim o papel de configuradoras das comemorações das associações particulares, privadas. A Agência do Porto da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, a Junta Patriótica do Norte e a Comissão dos Padrões da Grande Guerra são as três associações responsáveis pelas comemorações do armistício e, concomitantemente, de eventos solenes de culto aos mortos da Primeira Grande Guerra, no Porto. Essas mesmas associações que promovem os eventos comemorativos assumem a planificação dos programas das comemorações no Porto e incentivam a realização das comemorações e das homenagens nos monumentos inaugurados. Tudo isto bem como desfiles e paradas militares servem para venerar e homenagear a prestação portuguesa na Primeira Grande Guerra.

Em segundo, temos o papel da população civil. Esta insere-se na grande parte dos protagonistas que se juntam às comemorações, e aparece como um grupo diverso e público-alvo cerimónias. Aqui é imperativo destacar as outras vítimas indirectas da Primeira Guerra Mundial – as viúvas e os órfãos que são filhos dos soldados mortos na Flandres, em África e noutros locais de combate, mas também familiares dos soldados e inclusive conhecidos e amigos. Estes últimos três têm o papel do público geral, popular mas não compõem o público elitista, político. Os familiares dos soldados falecidos estão presentes nas comemorações de índole mais popular. Este público encontra-se nas missas encomendadas pela alma dos mortos em combate, nas cerimónias religiosas de culto aos seus familiares falecidos, na romagem aos monumentos de culto aos mortos

e também a cemitérios onde alguns foram sepultados, em peditórios e ainda são os que seguem os hábitos do festejo da paz pela cidade. O festejo expressa-se através do embandeiramento e de montagem de decorações de lembrança e em memória da paz da Primeira Guerra Mundial, que foi esperada.

Por último, encontram-se os indivíduos que constituem um público elitista, mais reduzido dentro do universo das comemorações no Porto. Deste núcleo fazem parte as personalidades políticas e outras figuras importantes da sociedade. Estas personalidades enquadram-se em todas as comemorações onde o tipo de público é considerado elitista, isto é, o público de classe que existe nas comemorações e está sempre presente. O público de classe é o mais diminuído e o mais restrito nas iniciativas comemorativas. O círculo elitista localiza-se nas cerimónias comemorativas de acesso mais restrito e de índole diplomática, política. Por isso, as grandes figuras da política portuguesa enquadraram-se nas celebrações mais privadas como um público de classe, neste caso a política. Desde políticos portugueses, (o governador civil, cuja referência encontra-se na imagem abaixo) a embaixadores e estadistas estrangeiros, mas também generais (como Raul Perez que é um notável general português e aparece na fotografia abaixo) e outras patentes militares que enquadram as celebrações mais reservadas. Estão presentes em romagens aos monumentos, em paradas militares e na celebração de discursos comemorativos.

**Imagem 3.** O sr. governador civil e o coronel sr. Raul Peres, procedendo à cerimónia de lançamento da primeira pedra do bairro para pobres, na Foz



**Fonte:** *O Comércio do Porto*, 10/04/1928.

## Conclusão

Neste momento de reflexão acerca do que foi acima tratado, é fácil entender que a imprensa reflecte da melhor forma a importância das comemorações da Primeira Grande Guerra, organizadas no Porto. É uma fonte de informação com verosimilhança considerável, já que pode fornecer dados que são lançados na cronologia aqui em estudo. Isto torna-se num factor determinante para a sua selecção. É possível denotar a relevância das comemorações porque o diário, a fonte hemerográfica escolhida, tem o seu período de edição contemporâneo às comemorações da cronologia aqui adoptada e não deixa de representar o enfoque quando ele é evidente bem como a diminuição da importância das comemorações. Sendo um diário, é possível esperar os relatos e notícias de todos os dias e perceber o quotidiano de cada data comemorativa. Tudo fica relatado em cada edição, não deixando de existir gravuras ou fotografias que complementam a notícia.

A importância dada às comemorações é marcada pela proximidade temporal e pela evolução da conjuntura política, em especial a que da Primeira República. É verdade que eram as notícias que apresentavam variados pormenores das comemorações nas notícias das datas-chave.

A par da celebração do armistício, que surge como uma data essencial para o espírito comemorativo português, ganha relevo a data da derrota da Batalha de La Lys (9 de Abril de 1918), que assume o carácter singular de comemoração português, quando comparada com os rituais comemorativos na Europa. O dia 9 de Abril ou o "Dia da Raça" como na sua oficialização ficou conhecido, foi uma apropriação inteiramente portuguesa para um ritual comemorativo único, que não se repetiu em nenhum outro país participante na Primeira Grande Guerra. Consoante a conjuntura social e política portuguesa, foi uma data que durante os anos imediatos à guerra ficou por investir e o seu potencial comemorativo só regressaria a partir de 1921. No período dirigido por António de Oliveira Salazar, o 9 de Abril ficará reservado ao seu esquecimento e também à sua desvalorização, o que leva a transparecer alguma ingratidão para com os filhos da pátria, que deram a sua vida pela nação. O 11 de Novembro também conheceu uma realidade cada vez menos presente. Quanto mais perto nos situamos do deflagrar da Segunda Guerra Mundial, maior é o contexto nacional e internacional que marca uma enorme viragem que contribui para a redução das comemorações, de uma paz que mostrou-se frágil e humilhante para alguns. O cessar-fogo da Primeira Guerra Mundial era uma ilusão no que concerne à firmação da paz e afigurou-se como uma humilhante aceitação para alguns dos intervenientes na guerra.

O armistício foi um momento que acabou com as hostilidades em campo, no entanto, as hostilidades políticas e diplomáticas continuariam a assombrar as relações e a paz era algo que a Europa jamais pôde recuperar, na primeira metade do século XX e jamais pôde regressar à ordem estabelecida anterior a 1914. A prova da existência dessa paz apressada, mutilada, humilhante e débil teve o seu veredicto no despoletar de uma Segunda Guerra Mundial. A concórdia após a Primeira Grande Guerra foi algo inatingível entre os Estados e passou por uma série de feridas que só deixariam raiz a um mal pior – a Segunda Grande Guerra. Com o rebentamento desta, a ilusão de que tudo era garantido, de que as conversações eram uma solução e que a amizade entre as nações renasceria, saiu totalmente gorada. A Segunda Guerra Mundial mostrou-se diferente, trazendo a novidade de outras repercussões cruéis e maquiavélicas. No entanto, as duas guerras mundiais partilham de um aspecto comum – ambas são como uma máquina –, rápidas e eficientes em instalar a catástrofe e atirar o ser humano para a morte.

Os anos 30 do século XX, que fizeram regredir o sistema demoliberal e favoreceram a instalação dos estados autoritários, estes não perdoaram a comemoração de uma guerra cujos votos de paz eram sombrios e comparados a uma ferida difícil de curar e cujas sequelas ameaçavam.

Por último, numa análise mais aprofundada e com mais tempo para leitura, reflexão e pesquisa, seria útil e muito interessante comparar as informações de diversos jornais que, tal como *O Comércio do Porto*, a fonte hemerográfica aqui escolhida, apresentam contemporaneidade à cronologia aqui esmiuçada e apresentada ao longo deste trabalho.

## Fontes

*O Comércio do Porto*. Porto, 1918-1938.

## Bibliografia

Carbonnel, Charles-Olivier. *Historiografia*. Lisboa: Editorial Teorema, 1992.

Correia, Sílvia, "A memória da guerra", Fernando Rosas, Maria Fernanda Rollo (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-China, 2010, 349-379.

Correia, Sílvia. *Políticas da Memória da I Guerra Mundial em Portugal 1918-1933. Entre a experiência e o mito*. [Tese de doutoramento]. Lisboa: FSCH-UNL, 2010.

Meneses, Filipe Ribeiro de. "A Comemoração da Grande Guerra em Portugal, 1919-1926". *Revista Portuguesa de História*, vol. 38 (2006): 109-133.

Meneses, Filipe Ribeiro de, "Os limites do Salazarismo: o exército e as comemorações da Primeira Guerra Mundial, 1936-1945", Fernando Martins (ed.), *A formação e a consolidação política do salazarismo e do franquismo: As décadas de 1930 e 1940*. Lisboa: Colibri, 2012, 137-153.